

OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO: DESAFIANDO O CONHECIMENTO, AS POLÍTICAS DE EMPREGO E O DEBATE PÚBLICO

ANA CRISTINA PORTO FABRES¹; FRANCISCO E. BECKENKAMP VARGAS²

¹Universidade Federal de Pelotas – cristinafabres@bol.com.br

²Universidade Federal de Pelotas – fvargas@via-rs.net

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende apresentar e analisar a breve e recente experiência do OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO, projeto de extensão vinculado ao IFISP/UFPEl, caracterizado pela ação em duas dimensões principais. De um lado, no âmbito acadêmico, o Observatório procura articular ensino, pesquisa e extensão, bem como uma prática interdisciplinar. De outro, no âmbito da ação propriamente extensionista, o Observatório procura monitorar o mercado de trabalho, fomentar o debate público, institucional e interinstitucional, bem como o diálogo social, no sentido de subsidiar e qualificar o planejamento, a ação e a avaliação de políticas públicas de trabalho e emprego.

O Observatório Social do Trabalho institucionaliza-se como projeto de extensão a partir de 2013, mas sua proposição já vinha sendo gestada há alguns anos antes, com a criação de um Portal na internet (OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO, 2015). Seu objetivo primordial é monitorar as transformações do trabalho e do mercado de trabalho na região sul do Estado do Rio Grande do Sul que compreende os vinte e dois municípios de abrangência do Conselho de Desenvolvimento da Região Sul (COREDE-Sul)¹. Apesar de visar esse alcance regional, o Observatório, estrategicamente, tem concentrado suas atividades de observação nos municípios de Pelotas e Rio Grande.

O foco no mundo do trabalho deve-se à centralidade da dinâmica ocupacional na estruturação das formas de integração e conflito social (OFFE, 1989). A sociologia do trabalho tem trazido importantes contribuições na análise das transformações das sociedades contemporâneas e na configuração das desigualdades e dos problemas sociais enfrentados. O desemprego tanto quanto as formas de ocupação flexíveis e precárias têm se destacado nesse debate. A dinâmica de reestruturação do capitalismo contemporâneo provocou profundas transformações no chamado paradigma produtivo, consolidando não apenas uma revolução tecnológica, mas, sobretudo, uma revolução organizacional e de gestão do trabalho, bem como novas formas de regulação do próprio Estado.

No Brasil, esse quadro torna-se ainda mais delicado, visto que a esse processo mais recente de reestruturação capitalista e de precarização do trabalho, soma-se um processo histórico anterior de precariedade da estrutura ocupacional. Historicamente, a expansão do capitalismo industrial no Brasil foi marcada por uma extensão limitada do trabalho assalariado protegido e por um forte crescimento das formas de trabalho não assalariadas ou assalariadas não protegidas, o que confere ao mundo do trabalho uma forte heterogeneidade (CARDOSO, 2010).

Nos anos noventa, com o avanço do processo de reestruturação produtiva e de reforma do Estado, o mercado de trabalho passa por um forte processo de desestruturação, crescendo o desemprego aberto e as formas de ocupação informais e precárias. Já nos anos 2000, com a retomada do crescimento

¹ Para maiores detalhes sobre essa região ver: VARGAS, 2012; MOLIN, FIGUEIREDO & TOGEIRO, 2014; OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO, 2015.

econômico e com a proposição de uma nova geração de políticas desenvolvimentistas e de inclusão social, esse quadro se altera significativamente. O mercado de trabalho volta a se estruturar, o desemprego diminuindo sensivelmente, bem como as formas de trabalho informais e precárias.

É nesse novo contexto, de melhoria dos indicadores de mercado de trabalho, que surge a proposta do Observatório Social do Trabalho. Tinha-se como alvo analisar o impacto das novas políticas de desenvolvimento para o país, particularmente aquelas que passaram a afetar a região sul do Estado do Rio Grande do Sul. Destacam-se, nesse caso, a formação do polo naval de Rio Grande, bem como o conjunto de investimentos realizados através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), dentre outros investimentos públicos e privados. Pretende-se, pois, fazer um balanço das atividades do Observatório nestes últimos anos.

2. METODOLOGIA

A fim de realizar esse balanço, propõe-se uma série de procedimentos metodológicos. Pretende-se, inicialmente, apresentar as principais ações do Observatório Social do Trabalho tanto na dimensão propriamente acadêmica como na relação com os parceiros externos, principalmente as instituições públicas que lidam com a questão do trabalho em Pelotas e Rio Grande. Metodologicamente, trata-se de um relato de experiências. Nas conclusões, pretende-se projetar as perspectivas do Observatório da UFPel no contexto nacional, na medida em que o Ministério do Trabalho vem tentando delinear políticas específicas de apoio aos Observatórios do Trabalho. Pretende-se, ainda, indicar algumas perspectivas de ação em nível local, tanto no âmbito acadêmico como no âmbito das políticas públicas e de suas instituições.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Observatório Social do Trabalho, depois de sua formação e, sobretudo, a partir de sua consolidação como projeto de extensão institucionalizado, concentrou suas ações na tentativa de consolidar uma competência metodológica de análise e interpretação dos principais indicadores locais de mercado de trabalho. A partir das principais fontes estatísticas brasileiras, um conjunto de pesquisas foi realizado visando à consolidação de um Banco de Dados do Observatório, acessível em seu Portal na internet, e de um Boletim Informativo sobre a conjuntura do emprego nos municípios de Pelotas e Rio Grande.

Apesar das limitações das fontes de dados sobre mercado de trabalho em nível local, explorou-se vastamente as fontes disponíveis, tanto os Censos Demográficos, realizados e disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) através da ferramenta Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), como as fontes administrativas do Ministério do Trabalho (MTb), tais como a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), disponíveis no Portal do Ministério.

Durante estes dois últimos anos, também foram produzidos relatórios e artigos analisando a evolução do mercado de trabalho de Pelotas e Rio Grande a partir de pesquisas com base nos Censos Demográficos do IBGE. Esses relatórios e artigos estão disponíveis no Portal do Observatório (OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO, 2015).

Através do contato e parceria com várias instituições públicas ligadas ao mundo do trabalho, também procurou-se levantar e publicar outros indicadores como, por exemplo, os indicadores de intermediação do SINE e os indicadores do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST). Ainda não se conseguiu organizar e publicar os indicadores do Ministério da Previdência Social sobre a concessão de benefícios acidentários e de doença profissional, mas um estudo (Trabalho de Conclusão de Curso) já foi feito a esse respeito.

Em função da desarticulação das políticas públicas na região, devido à inexistência de comissões municipais de emprego e de secretarias municipais especializadas na área de trabalho e emprego, o Observatório não conseguiu avançar no sentido de subsidiar os gestores na análise e avaliação das políticas públicas de trabalho e emprego em âmbito municipal. Tais políticas não existem enquanto ação especializada, sendo, de fato, pensadas como o resultado de políticas mais amplas de desenvolvimento local e regional. Neste sentido, as ações do Observatório pouco avançaram nessa direção. Conseguiu-se, apenas, estabelecer uma cooperação inicial no sentido de facilitar a busca de informações e sua publicação no Portal do Observatório. Criou-se, também, um espaço de reflexão na Universidade no qual se pôde discutir a ação de algumas dessas instituições, destacando-se, nesse particular, a participação do SINE/Pelotas, do Ministério Público do Trabalho e do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST).

Mais recentemente, um avanço decisivo ocorreu na direção de se estabelecer um maior diálogo e cooperação com as instituições e políticas públicas de emprego. Trata-se de uma cooperação técnica firmada entre a Universidade Federal de Pelotas e o Ministério do Trabalho através do Termo de Execução Descentralizada nº 06/2015, através do qual o referido ministério estimula a formação e o fortalecimento de Observatórios de Trabalho. Tal projeto de cooperação iniciou-se no final de 2015, com a seleção da equipe técnica, e continua suas atividades em 2016, através da qualificação técnica da equipe de trabalho e da formulação e proposição de uma metodologia de análise de mercados de trabalho. Após esta etapa, serão implementadas atividades de análise dos mercados locais de trabalho, bem como serão apresentados e discutidos os resultados dessas análises com gestores e representantes de trabalhadores e empregadores.

No âmbito propriamente acadêmico, conseguiu-se estabelecer uma conexão ainda incipiente, mas consistente, com o ensino de graduação, ocorrida, principalmente, através das atividades de disciplinas optativas do Curso de Ciências Sociais. No âmbito da pesquisa acadêmica, observa-se o maior avanço das atividades do Observatório, na medida em que, em torno de suas atividades, vários trabalhos acadêmicos (Trabalhos de Conclusão de Curso) e artigos foram elaborados e publicados. Nesse sentido, o Observatório está inserido numa rede de pesquisa, ainda embrionária, mas que reúne vários professores do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da UFPel em parceria com o Núcleo de Análises Urbanas (NAU), ligado à Fundação Universidade de Rio Grande (FURG). Destaca-se, neste sentido, vários trabalhos acadêmicos que têm tentado analisar o impacto do setor naval sobre o trabalho e o mercado de trabalho local.

4. CONCLUSÕES

O impacto positivo mais importante do Observatório Social do Trabalho tem se dado, até o presente momento, no âmbito propriamente acadêmico, na medida em que o projeto tem colaborado para colocar e manter a temática do trabalho na agenda universitária, estimulando os alunos e professores a pesquisarem e a se dedicarem aos estudos do trabalho focalizados no âmbito regional.

As principais dificuldades e limitações do Observatório Social do Trabalho se manifestam no âmbito propriamente externo ao ambiente acadêmico, face à precariedade das políticas públicas de trabalho e emprego e do frágil debate público e diálogo social sobre o tema trabalho. Nesse sentido, um grande passo foi dado na ampliação da relação e do diálogo com os atores sociais locais através do projeto de cooperação firmado com o Ministério do Trabalho. Cabe ressaltar, ainda, que duas dimensões devem ser priorizadas nas ações futuras do Observatório. De um lado, no âmbito interno, precisa-se ampliar as parcerias acadêmicas que podem propiciar não apenas um maior volume de atividades na área, mas também um diálogo interdisciplinar mais rico. De outro lado, no âmbito externo, e uma vez consolidada a primeira etapa do convênio com o Ministério do Trabalho - relativa ao desenvolvimento da metodologia de análise de mercados de trabalho - o Observatório poderá ampliar suas ações tanto no sentido de estreitar os laços e parcerias com os atores e instituições ligados ao mundo do trabalho, como no sentido de ampliar a produção de conhecimentos acadêmicos que sirvam também para subsidiar a ação dos gestores de políticas públicas. Neste sentido, o Observatório Social do Trabalho pode ser um importante pilar na ampliação do debate público e do diálogo social para enfrentamento dos dilemas apresentados pelo mundo do trabalho na contemporaneidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

MOLIN, N.; FIGUEIREDO, C. & TOGEIRO, T. Caracterização socioeconômica e política dos municípios de Pelotas e de Rio Grande. In: MOLIN, N. & FIGUEIREDO, C.A.S.(Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento nos municípios gaúchos de Pelotas e Rio Grande**. Porto Alegre: Cirkula, 2014. Cap.1, p. 13-41.

OBSERVATÓRIO SOCIAL DO TRABALHO. Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas. **Portal na internet**. Acessado em: 15 de julho de 2015. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/observatoriosocial/>

OFFE, C. Trabalho como categoria sociológica chave? In: OFFE, C. (Org). **Trabalho & Sociedade. Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho**. Vol. I – A crise. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

SIDRA. Sistema IBGE de Recuperação Automática. Acessado em: 15 de julho de 2015. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>

VARGAS, Francisco. Emprego e Desenvolvimento Regional: contornos de uma questão social. **Revista da ABET**, v. XI, n. 2, Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, LTr Editora Ltda, jul/dez de 2012, p. 93-111.